

Pensando a política de defesa até 2010¹

Darc Costa*

Seguindo os passos da metodologia doutrinária para avaliação estratégica militar, o autor apresenta os principais aspectos a serem atendidos pela política de defesa do Brasil até 2010, prazo estimado para mudanças no *status quo* do panorama mundial pós-guerra fria.

A defesa do Brasil é antes de tudo uma questão de natureza estratégica. Não é, portanto, desses temas capazes de ter uma apresentação livre de metodologia. Existe, consagrada, uma metodologia para a avaliação de uma situação estratégico-militar. Seu desdobramento metodológico é o que se segue: *interpretação da missão*, no caso, uma política de defesa para o Brasil até 2010; *explicitação e análise das ameaças*, que pesam ou pesarão sobre o Brasil; *análise dos meios para a defesa*, disponíveis ou mobilizáveis; *escolha de*

uma estratégia para a defesa, do Brasil; e *conclusões*.

Seguir-se-á essa metodologia, ao longo de todo o desenvolvimento deste trabalho.

Interpretação da Missão

Ao se iniciar uma configuração do mundo até 2010, suas implicações para o estabelecimento de uma política de defesa para o Brasil e assinalar as principais características que venham a influenciar a dinâmica política, econômica e psicossocial do Brasil, diante dos desafios mundiais, é de fundamental importância avaliar a evolução da conjuntura mundial a partir do quadro atual de poder.

Com o fim da bipolaridade há dois processos em evolução.

O primeiro, é que se voltou a priorizar, como parte determinante da equação política, as questões econômicas internacionais. A segregação dessas questões, ou a subordinação delas ao campo ideológico, deixou de existir, assim como desapareceu a estranha urdidura que a colocava como praticamente apolítica. Os homens lutaram por questões econômicas no passado e tudo indica que voltarão a lutar por essas questões no futuro. Como dizem Wonnacott, Paul e Ronald, em sua obra *Economia: a economia é o estudo de como os homens ganham a vida, adquirem alimentos, casa, roupa e outros bens, sejam eles necessários ou de luxo*.

* Engenheiro, Do corpo-permanente da ESG.

1. Selecionado pelo PADECEME.

Elas podem ser questões de vida ou morte, tanto quanto podem ser questões políticas.

Existe hoje o consenso, passados quase dez anos do fim da Guerra Fria, de que os Estados Unidos são, no momento, a única superpotência. Esse consenso tem nome: *globalização*. E isso decorre fundamentalmente da posição econômica dessa nação. Contudo, é bom observar que essa posição resulta, em muito, dos favorecimentos que lhe proporciona o sistema mundial de livre comércio que, por sua vez, se apoia, fortemente, no sistema de alianças norte-americano. Não é difícil se imaginar que a lógica desse sistema de alianças tende a enfraquecer e, com ela, a lógica do livre comércio. As nações perdedoras das guerras comerciais não tardarão a ver os inúmeros benefícios políticos que poderão auferir ao sair de relações comerciais desvantajosas. Isso sem falar em outro movimento que conspira contra o ideal do livre comércio, que é a emergência de blocos de comércio regionais, como a União Européia, e que traz consigo a regionalização da vida econômica.

O segundo processo, que decorre também da já mencionada regionalização da vida econômica, é a nova emergência de potências políticas regionais como forças independentes e que crescentemente se posicionam contra a unipolaridade.

Isso conduz a que exista, também, quase um consenso no pensamento estratégico dos EUA de que a sua situação hegemônica indiscutível é uma situação passageira e que, em 15, 30 ou, no máximo, em 50 anos, a estrutura de poder mundial voltaria a um clássico modelo multipolar. Excetuada a hipótese, que contradiz esse quase consenso, que deixaremos para o final desta análise inicial da questão (que é a de que os Estados Unidos conseguirão se impor como a única superpotência, ao longo do século XXI), as demais variantes que compõem esse quase consenso, de perda progressiva de poder dos Estados Unidos, diferem, profundamente, no modo pelo qual os americanos se defrontarão com o novo contexto.

Três são as correntes que tratam desse reposicionamento, melhor dizendo, do trato dessa futura decadência.

A primeira, que nomearemos como a dos fatalistas,

que colocam que nada poderá ou deverá ser feito, e encontra a sua conceituação mais forte na obra *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, de Paul Kennedy. Partindo de uma visão que se apoia em uma análise pretérita histórica, os fatalistas defendem que a própria posição hegemônica norte-americana conduz a imensos gastos para a manutenção desta situação, em especial, gastos militares, e isso, progressivamente, comprometerá as finanças públicas americanas e conduzirá à perda crescente de poder dos Estados Unidos no panorama mundial.

A segunda, que nomearemos como a dos ativistas, colocam que algo poderá ser feito e encontra sua melhor versão na obra *Diplomado* de Henry Kissinger, que afirma ser possível uma postura ativa que, aceitando a inexorabilidade da queda, a postula como passível de ser controlada por ações de curto prazo, algo que melhor seria traduzido como participar quando puder e do melhor jeito que puder.

A terceira, que nomearemos dos estrategistas, defende que muito poderá ser feito e que tem seu melhor texto na obra *The Grand*

Chessboard, de Zbigniew Brzezinski, ex-membro do Governo Carter, e que afirma que, dado à inevitabilidade da queda, os Estados Unidos precisam fazer uma retirada estratégica, procurando organizar o mundo para uma era pós *pax americana*, que teria como seu grande legado um sistema global de equilíbrio geopolítico auto-sustentável.

Entretanto, em suas três versões, o declínio, a perda da hegemonia recuperam para o presente as sábias palavras de Sir Francis Bacon: *Quando um grande império desmorona temos a certeza da guerra*.

É verdade que a primeira dessas visões está muito mais próxima que as demais do conceito da guerra. Sua própria característica pressupõe um progressivo esvaziamento de poder decorrente do esforço econômico; todavia, o próprio final, a ruptura, resulta, como análise histórica pretérita procedida demonstra, de um esforço de guerra.

As outras visões repõem de forma nova a clássica dicotomia presente na visão americana de mundo, em que se opõem, há cem anos, os intervencionistas aos isolacionistas. Seria muito primitivo atribuir-se a Kissinger uma visão intervencionista

no modelo do *walk softly and carry a big stick* (pise macio e carregue um grande porrete), mas é indubitável a sua inteira subordinação ideológica ao que os alemães chamam de *real politik*, ou seja, a idéia de que os Estados Unidos têm de ser fortes e atuantes e sua política deverá ser global e pautada pelo interesse nacional. Assim, também poderia parecer despropositado vincular-se Brzezinski àqueles que defendem a tese que a política externa norte-americana deve ser exclusivamente baseada em princípios morais. Entretanto é óbvio, no texto deste autor, que é do exemplo que a democracia americana tira sua principal força.

Contudo, essas visões são análises próprias, de nossa época, das duas correntes que dividem o modo de ver o mundo dos estadunidenses e que, apesar de se apoiarem em premissas diferentes, não afastam a hipótese de guerra e justificam a necessidade de generosas despesas militares no orçamento dos Estados Unidos. Aliás, é bom lembrar que os Estados Unidos mergulhados, no passado, nos ditames de uma corrente, caminharam, inexoravelmente, para situações de guerra.

Todavia uma das análises publicadas, a constante da obra *The Clash of Civilizations and The Remaking of World Order*, de Samuel Huntington, e que teve ampla divulgação nos círculos intelectuais norte-americanos, rompe com o quase consenso da inexorabilidade da decadência, ao apresentar a possibilidade da manutenção da hegemonia norte-americana como o centro de um esquema de poder dominante, composto basicamente pelos Estados Unidos e a União Européia. Nessa visão prospectiva, o conceito da guerra encontra-se, também, claramente presente e opõe sem efeito o que o autor conceitua como efetivamente civilizado, os europeus e os norte-americanos, a uma ou a várias barbáries, que se estruturam como outras formas civilizatórias.

Encontramo-nos, portanto, e aí existe um total consenso de todas as correntes formadoras da estratégia dos Estados Unidos, muito longe das visões irrealistas apresentadas, por Immanuel Kant, em *Perpetual Peace*, ou por Karl Marx, em *Withering Away of State*, e mais recentemente, conforme deixa antever Lord Williams Rees-Mogg, em sua obra *The Sovereign Indivi-*

dual, de que os Estados nacionais perderão sentido e que os conflitos deixarão de ser guerras nacionais e se darão no âmbito de relações no interior da sociedade civil. O conceito da guerra entre Estados nacionais é uma constante na visão da geopolítica e da estratégia norte-americana.

Posta a inevitabilidade do conflito armado, cabe-nos questionar quais seriam os interesses vitais dos Estados Unidos que o mobilizariam a ponto de se defrontarem militarmente com competidores, cujo tempo, inexoravelmente, fará aumentar em número e em poder. Serão vitais o controle das principais passagens marítimas do mundo? Será fundamental o suprimento de petróleo? O controle do mercado asiático é uma questão de prioridade estratégica?

Para responder a essa pergunta, cabe observar quais os desdobramentos passados da bem sucedida estratégia nacional dos Estados Unidos, pois eles configuram o círculo de interesses que arquitetou a sua hegemonia atual. Qualquer estudioso verifica

que a estratégia perseguida pelos norte-americanos foi a tão brilhantemente sintetizada na obra *The Coming War with Japan*, de George Friedman e Meredith Lebard, que estabeleceu os seguintes os patamares estratégicos perseguidos pelos norte-americanos desde a sua independência:

- *que o exército dos EUA domine completamente a América do Norte;*

- *que não exista nenhuma potência ou grupo de potências no hemisfério ocidental capaz de contestar a hegemonia dos EUA;*

- *que a marinha dos EUA seja capaz de manter as potências do hemisfério oriental fora do hemisfério ocidental, através do controle do Atlântico Norte e do Pacífico Leste;*

- *que nenhum poder do hemisfério oriental possa desafiar o domínio norte-americano dos oceanos, desviando suas energias para ameaças terrestres.²*

Essa macroestratégia tão bem resumida e explicitada é totalmente convalidada na leitura da obra central da formulação da ação norte-americana na II Guerra Mundial, *Estados Unidos Frente al Mundo*, de Nicholas John Spykman.

Conforme se depreende da leitura dessa obra, o desafio estratégico norte-americano esteve e está posto a nível global.

Assim sendo, aonde estarão os possíveis contestadores? Quais serão suas ações? Qual é a ação preventiva dos EUA e quais suas possíveis reações?

Começemos respondendo à última dessas questões. Em recente artigo publicado na revista *Foreign Affairs*, intitulado *How America Does It*, Josef Joffe faz uma detalhada análise que responde qual tem sido a ação estratégica preventiva norte-americana e que pode ser assim resumida: *os EUA priorizam hoje como objetivo central de sua ação política internacional manter seu atual sistema de alianças e o regime de livre comércio como sistema permanente de controle internacional. Isso poderá vir a ser feito até mesmo através da transformação de seu sistema de alianças em um sistema imperialista, usando seu poderio atual, inclusive militar, para manter sua hegemonia tanto no seu sistema de alianças, como no antigo bloco soviético e, também, no antigo terceiro mundo.*

2. Página 23 da obra traduzida, que teve como título, em português, "EUA X JAPÃO Guerra à vista", Editora Nova Fronteira.

Entretanto, os EUA poderiam ter amanhã outro posicionamento e vir a priorizar seu isolamento hemisférico, retirando-se do hemisfério oriental, criando um bloco político e econômico no hemisfério ocidental, utilizando a sua marinha para manter o domínio dos oceanos, evitando intervenções francas no hemisfério oriental, a menos que uma única potência ameace essa hegemonia, usando o seu controle dos oceanos para manipular o comércio marítimo mundial, de forma a evitar que tal potência venha a surgir.

Contudo, um ponto que nos parece óbvio e tem figurado, explicitamente, nas análises dos interessados em prever o comportamento futuro dos Estados Unidos é o fato de os EUA não se imaginar contestado no próprio continente americano. Todos os seus possíveis contestadores sempre são vistos no hemisfério oriental. Para os norte-americanos, a sua hegemonia incontestável no continente americano é algo fundamental acima de todos os demais interesses, como foi no passado (que o digam suas diversas intervenções militares no continente americano, neste sé-

culo) e é e será, certamente, o mais forte motivo para um novo engajamento militar em uma nova guerra, por parte dos Estados Unidos.

Análise das ameaças

Em termos de política de defesa, não se deve operar com a probabilidade e, sim, com possibilidade. Existem no campo externo três situa-

Para os norte-americanos, a sua hegemonia incontestável no continente americano é algo fundamental acima de todos os demais interesses, e será, certamente, o mais forte motivo para um novo engajamento militar em uma nova guerra.

ções passíveis de conduzir a contestação para o hemisfério ocidental. A primeira delas diz respeito à chamada ameaça ecológica-ambiental, tão a gosto de determinados segmentos que ocupam postos de poder nos EUA e em minorias atuantes em espaços de seu sistema de alianças. A outra, de natureza sócio-antropológica, decorre da existência também de grupos minoritários no sistema de aliança norte-americano que vêem as diversas comunidades indígenas ainda existentes no continente como peças laboratoriais para as suas pesquisas e, para

preservá-las, pregam a desagregação territorial dos demais Estados do hemisfério ocidental. A última, decorrente do que nomearemos da imposição exógena aos demais Estados, de ações de máfias e cartéis, que se estruturam no centro do chamado processo de globalização e que buscariam intervir na economia e na soberania dos Estados da

América Latina. Essas situações, de forma isolada ou em seu conjunto, pode levar a progressivas intervenções do sistema de alianças norte-americano na soberania dos demais Estados do hemisfério, de tal forma que estes, de forma individual, em grupo, ou em conjunto, poderão vir a contestar o sistema de alianças. Essas ameaças foram assim apresentadas pelo general Meira Mattos em seu artigo *Estratégias de Segurança e Defesa*, no *Livro das Profecias*, organizado pelo Senado Federal.

O atual quadro político mundial, no qual predo-

minam as pressões de organizações internacionais sobre os conflitos nacionais e regionais, pressões essas muitas vezes apoiadas, clara ou furtivamente, pelos governos dos "grandes", e geram as novas ameaças sobre o Brasil, possuidor do imenso território que abriga riquezas incensuráveis, muitas ainda não exploradas...;

Consideramos, na perspectiva de futuro, a principal ameaça que pesa sobre nós, o perigo que se vislumbra nas organizações internacionais mais conhecidas como ONG, que procuram convencer os seus governos, e já convenceram grande parte da imprensa estrangeira, de que as questões ecológicas, indigenistas, antropológicas, demográficas, tráfico de drogas, são questões do interesse da humanidade e como tal devem escapar à autoridade dos governos nacionais.

É, portanto, no âmbito de questões dessa natureza que se estrutura, para o Brasil, nos próximos anos, e também para os demais Estados da América Latina, a sua principal ameaça. Deve ser ressaltado que o Brasil livrou-se, pela sua estatura econômica, de um possível contencioso com seus vizi-

nhos, algo que não pode ser dito para os demais países do continente. Daí se depreende uma constatação óbvia, de que a montagem de uma aliança militar entre os países da América do Sul pode vir a ser um objetivo central a ser perseguido pela diplomacia brasileira.

Feita esta análise da possível evolução da conjuntura internacional, apesar da impossibilidade é bom ressaltar que qualquer ruptura da ordem internacional vigente que se processe antes de 2010 e que oponha militarmente os Estados Unidos a um de seus possíveis contestadores fora do continente, deve ter, por parte do Brasil, salvo as condições de contorno acima assinaladas, primeiro uma posição de neutralidade e, caso se tenha obrigatoriamente de optar preferencialmente, essa opção deverá ser a de uma aliança com os norte-americanos.

A dita globalização apresenta possibilidades de comprometimento da segurança interna, como já foi explicitado anteriormente, e responderia à ação de máfias e cartéis buscando a derubada das fronteiras e a criação de sindicatos supranacionais do crime e do

terrorismo, buscando, em última análise, minimizar o poder normalizador e regulador do Estado nacional. Sobre a defesa interna, assim também manifesta-se o general Meira Mattos, no já mencionado artigo.

Em termos de segurança interna..., o mundo atravessa uma crescente onda de desordem e violência, provocadas pela insatisfação das massas e da ferocidade de grupos radicais. Estamos assistindo à maré montante dos atos do terrorismo indiscriminados mais cruéis e das migrações forçadas de milhões de pessoas, repelidas nos países onde procuram abrigo.

Existem, portanto, condicionantes completamente novas, diferentes das que resultavam do embate ideológico, que se diluíram e que requerem respostas diferentes.

Análise dos meios

Estabelecido o quadro maior, é bom lembrar que política externa e a política de defesa são complementares e constituem dimensões fundamentais na vida do Estado. É através delas que o Brasil, como qualquer Estado, se relaciona com os demais Estados, explorando

as possibilidades que se oferecem, no exterior, à satisfação das necessidades da nação. Ambas se destinam à proteção dos próprios interesses do nosso Estado e à defesa de sua integridade, ou seja, o que estamos querendo deixar claro é que diplomacia e força são duas faces da mesma moeda; que, ao longo da história das civilizações, sempre caminharam juntas, com prevalência ora de uma, ora de outra.

É interessante ressaltar que as conquistas ou a defesa de interesses vitais pela diplomacia só se viabilizam quando há por trás dela uma força capaz de respaldá-la, isto é o mundo, mesmo num contexto de "paz e cooperação", só aceita os reclamos de países fortes e poderosos.

As políticas externa e de defesa são função de diversos fatores onde se destacam os de caráter geopolítico e os de caráter econômico. As dimensões do Brasil e sua importância no seu espaço geográfico deram, à política externa e à política de defesa do Brasil, condicionantes claros. A extensa fronteira terrestre, a inexistência de questões fronteiriças, o caráter também ibérico de seus vizinhos, a meridionalidade de sua posição geográfica, a

litoralidade atlântica, todos esses fatores constituem elementos mais proximamente delimitadores de uma atuação internacional do Brasil e, portanto, das suas políticas externa e de defesa.

Busca-se debater se essas políticas devem ser acrescidos a esses fatores outros, de natureza histórica e cultural, que se fizeram constituir no corpo de idéias que lastrearam e lastreiam a nossa inserção internacional. Para tanto, faz-se necessário observar nossa atuação pretérita no plano externo e quais as características que nos distinguem no campo internacional.

O grau de previsibilidade de nossa política externa é dos mais elevados. Apesar de flutuações, que resultaram de diferentes visões governamentais, constituiu-se no Brasil um corpo doutrinário de política externa, que assim resumiremos:

- o Brasil sempre teve um caráter não-confrontacionista. Defende o princípio da auto-determinação e seu corolário a não-intervenção. Sempre foi a favor da solução pacífica de contenciosos e sempre condenou o uso da força para obtenção de resultados externos. Tem

uma doutrina pacifista que se explica por fatores socio-culturais, tais como a defesa do território, a abundância de recursos naturais, a heterogeneidade cultural, a tolerância social e a tranquilidade diante dos vizinhos, diante dos vizinhos, o Brasil não é belicoso nem é belicista;

- o Brasil sempre foi juricista. Sempre sacralizou os tratados ou as convenções, como se fossem manifestações irretocáveis da vontade nacional ou multilateral; e
- o Brasil foi realista e tornou-se pragmático.

As modificações decorrentes de seu crescimento exigem que se explicita, agora, uma política de defesa para o Brasil, não só pelo pragmatismo mencionado, pelas ameaças acima arroladas, mas, por ter sido o país alçado a um plano de poder mais alto do que os seus vizinhos, o que o colocou em um espaço menos tranquilo da arena internacional.

Tentaremos contribuir para essa política com algumas proposições, baseados exclusivamente nos meios de que dispomos. É importante, para o entendimento das propostas, o conhecimento de alguns pressupostos básicos, que resultaram de nossas

reflexões e que dizem respeito aos nossos meios e as nossas disponibilidades.

Primeiro, que diferentemente do que tentam difundir, a tecnologia de armamento só traz a vitória em situações muito especiais, como a guerra do Golfo. Mesmo assim, tem os seus limites, como pode afirmar Saddam Hussein. Armas de alta tecnologia não trouxeram muita ajuda em lugares como o Vietnã ou a Somália, onde diplomacia resultante de uma liderança nos parece que teria sido algo muito mais efetivo. Ao olhar a História, pode-se afirmar que o armamento sempre foi menos decisivo na guerra do que o moral das tropas. Isso sempre será verdade. O moral das tropas está cada vez mais associado a algo relativamente novo e que se conhece como opinião pública. A conquista desse espaço se faz pela permanente identificação do interesse público com o interesse nacional, algo que exige uma postura ativa por parte do beligerante. É bom sempre lembrar que, em clima de guerra, o interesse nacional é que estabelece o interesse público e não o contrário.

Segundo, que o desenvolvimento da tecnologia de

armamento vinha sendo variegado ao longo da História. Séculos se sucediam sem que houvesse desenvolvimentos significativos. Agora isso se modificou. Novas famílias

É bom sempre lembrar que, em clima de guerra, o interesse nacional é que estabelece o interesse público e não o contrário.

de armamento aparecem a cada década. O que está acontecendo com todas as mudanças que vêm se processando no modo de guerrear não é algo novo. Nova é a velocidade com que vêm se materializando essas mudanças. Entretanto, os retardatários chegam aos mesmos resultados gastando mil vezes menos, ou menos ainda. Olhando as últimas décadas, verifica-se que as nações ricas gastaram trilhões de dólares em satélites espaciais, mísseis intercontinentais e explosivos nucleares. Hoje para se atingir os mesmos objetivos, gastaria-se mil ou mais vezes menos. Onde se gastou trilhões, gastar-se-ia bilhões, ou menos. Com o xerox e com o fax não há segredos. O que pode haver é mais falta de vontade política do que falta de recursos. Todavia, deve-se enfatizar que um mínimo de recursos financeiros é um

fator chave para o sucesso. Sem ele não se pode ter tecnologia para melhores armamentos ou tropas mais bem treinadas. Uma nação pobre tem de fazer o melhor

com seu parco orçamento, mas, em um confronto com uma nação rica, cabe lembrar que o dinheiro tende a falar mais alto que boas intenções. Além do mais, a história recente dos países centrais demonstra que o orçamento de defesa é aquela parcela que, dos gastos governamentais, tende a ser a maior fonte de desperdícios e de corrupção. Contudo, também, sempre é a fonte de maior poder político. Deve-se ter em mente, observando os orçamentos de defesa dos países ricos, que é comum nesses países armarem as tropas, não com o equipamento que necessitariam para cumprir seus objetivos, mas sim com aqueles dispositivos que foram politicamente mais úteis. Esse erro é imperdoável para um país pobre.

Terceiro, como as recentes guerras demonstram, as forças armadas, hoje, podem ser de duas naturezas:

as que nomearemos de intensivas em pessoal e aquelas que nomearemos de intensivas em material. As intensivas em pessoal são baratas, e as mais adequadas aos países pobres, enquanto que as intensivas em material são caras, e mais adequadas aos países ricos. Também, forças armadas de índole ofensiva custam bem mais que forças armadas de índole defensiva. Forças armadas de índole defensiva têm naturalmente o predomínio das forças terrestres sobre as forças aéreas e navais, pois o caráter defensivo resulta da baixa capacidade convencional de projeção de seu poder por meios aéreos ou marítimos para além de suas fronteiras. Contudo, não se pode prescindir de meios aéreos e navais que materializem o que se convencionou chamar de esforço combinado, principalmente por estar se tratando de um país com as dimensões do Brasil, que conta com teatros prováveis de operações que reúnem condições peculiares de emprego desses meios, como claramente é o caso da Amazônia. Lá avulta a necessidade de modernização da flotilha naval e do estabelecimento de um sólido e confiável sistema de proteção aérea.

Quarto, que dentro da força terrestre, a Infantaria é a grande responsável pelo sucesso de uma postura defensiva. O sucesso da Infantaria reside em dois pontos: primeiro, no grau de interação do combatente com a natureza que o cerca, e segundo, com a adequação de seu equipamento a esse meio ambiente. A adequação do equipamento em nações pobres tem, como um de seus maiores incentivadores, a utilização crescente por parte da população rural de bens industriais. A atividade rural deve ser servida com uma indústria com capacidade de transformação para fins bélicos.

Quinto, que em termos de guerra convencional, há uma revolução na guerra que virá. A última foi a mecanização. A próxima será a dos armamentos anti-mecanização. Deve-se entender como armamentos anti-mecanização todos aqueles capazes de destruir, a um baixo custo relativo, os armamentos resultantes da mecanização como tanques, aviões e navios. Esses equipamentos já estão disponíveis com a atual tecnologia e, entre eles, destaque especial deve ser concedido aos mísseis guiados, em especial àqueles portáteis e acessíveis ao infante.

Sexto, que o binômio espaço e tempo sempre foi o elemento determinante para a condução da guerra. Hoje, o fator tempo está maximizado. O tempo é fundamental, tanto para quem defende, como para quem ataca. A luta também é contra o relógio. Nas áreas geoestratégicas críticas, como é a Amazônia, o seu habitante deve estar habilitado para, prontamente, assumir as missões de defesa do território. Esta é uma vantagem – a defesa não pode abrir mão do profundo conhecimento do terreno.

Sétimo, que os gastos com a defesa são diretamente relacionados com o valor das riquezas a serem defendidas. O Brasil figura, hoje, como o detentor de riquezas construídas ou de riquezas naturais que o colocam entre os dez mais ricos países do planeta. A média de gastos anuais desses dez países, de acordo com dados colhidos no Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, em Londres, e no Instituto de Relações Internacionais e Estratégicas de Paris, é de cerca de 3,5% de seus produtos internos brutos (PIB). O Brasil gasta, de acordo com essas fontes, bem menos que a metade disso, cerca de

1,6% do PIB, dado do ano passado, que nos parece majorado.

Observados esses pressupostos, verifica-se deter o país as condições necessárias e suficientes para prover os meios necessários à sua defesa. A questão está na conscientização do problema a ser enfrentado para o emprego desses meios.

Escolha da estratégia

Como fruto de nossas reflexões, caberia agora fazer a escolha de uma estratégia de defesa para o Brasil até 2010, baseada na avaliação das vulnerabilidades, dos possíveis inimigos e no ajustamento dos meios com os fins, e isso nos conduz, inexoravelmente, para a escolha da Estratégia de Dissuasão, tão bem apresentada e defendida também pelo general Meira Mattos no trabalho já referenciado para o Senado, de que retirei os seguintes trechos, onde ela é mencionada:

A nossa estratégia de defesa mais aconselhada, em face desse tipo de ameaças, acreditamos, será a de dissuasão. No livro "Introduction à la strategie", o general francês André Beaufre, prefaciado por

outro renomado estrategista, o inglês Liddell Hart, o autor conceitua a estratégia de dissuasão como aquela em que "o país visado procura evitar a ação bélica, impondo uma ameaça que o agressor não possa ou não esteja disposto a pagar".

Essa estratégia vem dando certo nos últimos conflitos em que países pequenos e médios, como a Somália e grupos armados na dividida ex-Iugoslávia, querendo evitar a intervenção militar em seus territórios, apresentam uma capacidade de resistência que os governos dos "grandes" não podem pagar, sem se submeterem a um tremendo desgaste político perante a opinião pública de seus países. Há hoje, nas grandes democracias, uma verdadeira idiosincrasia ao envio de seus compatriotas a guerras exteriores, para lutar por causas que o povo não entende.

Ainda com respeito à mesma estratégia, mas mais vocacionado agora para o teatro amazônico, assim colocava, no texto referido, o general Meira Mattos:

A nossa estratégia para a Amazônia, portanto, deverá se apoiar na constante manifestação de firmeza do go-

verno e da diplomacia, repelindo qualquer intenção internacionalista, venha de onde vier, e na existência, ali, de uma força militar de dissuasão dispondo de armas e equipamentos modernos e de alta capacidade de treinamento para as ações na selva. Diz o escritor francês André Gluksmann ("Le discours de la guerre") que a intenção da nação de resistir e a eficiência da força militar devem ser constantemente reveladas, para que o efeito de dissuasão se realize.

Apresento, complementarmente, as seguintes recomendações para a explicitação, em diretrizes, de uma estratégia de ação diplomática e de defesa para o Brasil:

- a participação em fóruns de poder, como o Conselho de Segurança da ONU, faria muito mais sentido se o País fosse dotado dos elementos de poder mais próximos daqueles com que constam os demais países que pertencem a esse fórum. Sem poder, corre-se o risco de não se ver o seu voto ou veto respeitado, ou pior, de ter o seu voto condicionado pelo poder alheio. Por isso, o Brasil não pode abrir mão de ter o seu poder não convencional, a menos que os ou-

tros, que o detenham, abram mão dele, dentro de uma política de desarmamento não convencional, pleno e irrestrito;

- observado o conhecido binômio segurança e desenvolvimento, em decorrência do seu atual estágio de retardatário, o Brasil ainda deve priorizar seus gastos em desenvolvimento, vis à vis seus gastos com segurança. Em função dessa priorização deve possuir forças armadas baratas. As Forças Armadas Brasileiras devem ser intensas em pessoal, o que afastaria, por critérios puramente técnicos, propostas como o término do serviço militar obrigatório. Devem também ser de índole defensiva, o que prioriza claramente as forças terrestres e o equipamento a ser desenvolvido, fabricado e utilizado. Entretanto, o avanço no projeto de desenvolvimento do País tem de vir acompanhado, no campo do armamento convencional, com uma progressiva capacitação de projeção de poder e da maior participação orçamentária para desenvolvimento e construção de meios aéreos e navais;

- a política de recrutamento deve privilegiar o conscrito da zona rural, em especial o morador da região

amazônica, uma vez que, atualmente, são creditados a essa importante área do nosso território, cerca de 50% da base física nacional, as prioridades dos planejamentos militares. A este deve ser

As Forças Armadas Brasileiras devem ser intensas em pessoal, o que afastaria, por critérios puramente técnicos, propostas como o término do serviço militar obrigatório.

dado o serviço militar em condições especiais próximas ao antigo tiro de guerra. O conscrito da zona rural deve ser treinado em operar o equipamento bélico na sua região. A retirada do conscrito da zona rural para o serviço militar em zonas urbanas ou sede de municípios tem sido responsável por parcela significativa do êxodo rural que, entre outras mazelas, diminui, inclusive, a capacidade de defesa territorial;

- dentro das forças terrestres, ênfase especial deve ser concedida às operações na selva, principalmente, em razão do teatro amazônico, mais da metade do território nacional. Nesse espaço, a Infantaria é que trafega com maior desenvoltura no teatro de operações, e também é ali a de menor custo operativo e de melhor índice de custo/benefício;

- deve-se considerar que é muito melhor para o defensor ter uma tropa permanente estabelecida no lugar a ser defendido, do que ter que deslocar tropa para lá, por mais rápido que seja o

seu deslocamento. O conhecimento do terreno é uma vantagem extremamente relevante. Daí porque é importante se ter uma política de ocupação militar para a Amazônia;

- é necessário conscientizar-se que, por mais barata que seja a linha de ação adotada, ela, ainda assim, custa dinheiro. Se se objetiva mais segurança deve se ter mais recursos. Deve-se aumentar os gastos com Forças Armadas no Brasil em termos de participação no PIB, de forma progressiva, até 3,5%, que é o valor médio adotado pelos países de mesma grandeza relativa que o Brasil;

- a prioridade em termos de política industrial para a área de defesa, de um lado, deve estruturar, nos pequenos centros urbanos imersos na área rural, múltiplas in-

dustriais voltadas para as necessidades de "camping" e do campo, e de outro, nas áreas urbanas mais desenvolvidas do País, de indústrias que desenvolvam atividades civis e militares vinculadas a mísseis guiados, como miniaturização eletrônica e mecânica, propelentes, explosivos, cartografia digitalizada e outras tecnologias. Só com autonomia estratégica, ou seja, com capacidade de produzirmos o necessário para nos defender é que tem sentido falar-se em política de defesa;

- é de fundamental importância revalorizar-se, no Brasil, a atividade militar. O militar deve ser visto como o cidadão em armas, o defensor da pátria e não como responsável pelo arbítrio, como parcela da mídia tenta infundir. Nenhuma ação retira o mito e aura que cerca a função militar impunemente. A opinião pública tem de entender e ver com bons olhos a função militar e a mídia tem um importantíssimo papel nesse processo;

- assim, também, é de fundamental relevância revalorizar-se a função do policial, defensor da ordem pública e da segurança interna, e priorizar-se a aplicação da justiça;

- finalmente, é preciso conscientizar a sociedade que defesa é um ato; segurança é o estado. Segurança tem o culto, o educado, frente ao inculto pois, sabendo mais, tem mais condição de se defender melhor. Segurança tem o desenvolvimento, pois

futuro vendo sua identidade nacional e sua soberania respeitada. Se não assegurarmos um grau razoável de autonomia estratégica militar, não seremos merecedores do respeito dos aventureiros e ambiciosos que existem no mundo.

O militar deve ser visto como o cidadão em armas, o defensor da pátria e não como responsável pelo arbítrio, como parcela da mídia tenta infundir.

tem mais meios para se defender. Segurança tem o mais rico, pois tem mais recursos para sustentar a sua defesa. Portanto, segurança é algo bem mais complexo e abrangente. Ao abandonar a terminologia, ao se envergonhar dela, a nação comete um grande erro, quaisquer que sejam as interpretações errôneas e exageros que posam ter ocorrido em percursos conjunturais do passado.

Conclusão

Somos um país pacífico sem reivindicações territoriais, sem questões internacionais conflitantes com outros governos, mas somos um grande país que tem um projeto posto na sua Constituição e que quer cruzar o

Com o amplo espaço a ser defendido, o Brasil tem de possuir um eficiente sistema integrado de vigilância com radares. Uma força terrestre de vigilância de toda a extensa fronteira que disponha de um sistema eficiente de apoio de comunicações e transportes. Uma massa de reserva que contenha uma parcela estratégica de curto emprego e de alta mobilidade e que esteja localizada em área central do nosso espaço continental, e que deverá ter a capacidade de atender, rapidamente, a qualquer emergência no interior do País.

Até 2010, os nossos compromissos com a ONU e a OEA nos obrigam a manter forças adequadas e preparadas para as missões de paz,

que tendem a ser cada vez mais freqüentes. A proteção de nosso espaço aéreo não pode ser descuidada: a tendência é aumentarem as ameaças de violação. Nosso imenso litoral e águas territoriais exigem uma força naval eficiente.

O nosso maior objetivo, até 2010, deve ser o de aumentar a nossa autonomia estratégica. Cumpre, portanto, reavivar a indústria nacional voltada direta ou indiretamente para a publicação militar e os centros de pesquisas a ela vocacionados.

Finalmente, sintetizando tudo que foi dito, a nossa prospectiva, até 2010, para a defesa do Brasil, vê como ameaças principais as decorrentes de pressões internacionais, que se anunciam cada vez mais intensas, abrigando idéias de desrespeito à soberania nacional. Não se pode desprezar a preocupação que essas pressões venham a contar com o apoio militar ostensivo ou velado de uma ou mais potências do chamado primeiro mundo. Esta é, pelos indícios de que dispomos, a nossa maior ameaça.

Como diz o já mencionado estrategista francês Andre Gluksmann, a maior

vulnerabilidade dos chamados grandes está na opinião pública de seus países, que rejeita, hoje, a hipótese de participação em guerras distantes, em terras desconhecidas, por causas que não entende. Contudo, para que essa vulnerabilidade seja potencializada, é mister que o país ameaçado de intervenção ofereça uma visível disposição de reagir pelas armas e revele possuir forças armadas capazes de vender caro sua derrota, desencorajando assim, a expectativa de uma fácil vitória, sem sacrifícios de vida e de pesados ônus materiais. É a chamada estratégia de dissuasão ou dissuasão estratégica.

Todavia, para se manter um alto grau de ameaça dissuasória duas coisas são indispensáveis: vontade nacional de defender a soberania territorial e a existência de uma convincente força militar combinada (terrestre, naval e aérea).

A vontade nacional de resistir deve ser cultivada pelo estímulo à educação cívica. A juventude precisa ser reeducada no sentido de deter em alto grau orgulho nacional. Nossa diplomacia em todos os fóruns deve fazer ver e afirmar essa

vontade. É bom lembrar que a disponibilidade de armas não convencionais fortalecerá sempre a ação diplomática.

A força militar combinada dissuasória terá de revelar sua capacidade de durar na luta. Para isso, em termos de guerra convencional, teremos de apresentar, visivelmente, efetivos treinamentos, e bem armados, capazes de durar no combate, mesmo enfrentando adversários muito mais poderosos.

O armamento e o equipamento destinados a essa força dissuasória, deverá ser fabricado no País, tanto quanto possível, a fim de evitar embargos internacionais ao cumprimento de sua missão de defesa. A força dissuasória, para ser efetiva e durar na luta, precisará dispor de autonomia estratégica, isto é capacidade operativa e autonomia logística.

Faça ao quadro internacional que vislumbramos até 2010, temos de mostrar, claramente, que somos capazes de vender caro a nossa soberania. Se assim o fizermos, sem dúvida seremos capazes de preservar incólume nosso patrimônio nacional e a nossa identidade nacional.

Ao terminar, cumpre ressaltar que a Política de Defesa Nacional, recentemente elaborada e divulgada, constituiu um louvável esforço, um primeiro e importante passo visando a sensibilizar toda a

sociedade para as questões relativas à Segurança Nacional, cuja Política e Diretrizes (de Segurança Nacional) deveriam precedê-la. Primeiro, é preciso estabelecer as bases (objetivos e

metas) sobre as quais possa se assentar a segurança da Nação e de seus cidadãos. Depois, pensar em como se defender, caso essas bases sejam ameaçadas de rompimento.



ATUALIZE SEU CADASTRO

A BIBLIEX quer levar suas publicações até você em qualquer parte do Brasil ou do exterior. Se você mudou de endereço, ou deseja fazer alguma alteração junto ao nosso cadastro, preencha por favor o formulário abaixo indicando somente seu nome e a informação que deverá ser alterada. Obrigado!

NOME			
ENDEREÇO para correspondência			
CIDADE	UF	PMS	CEP
DATA DE NASCIMENTO	SEXO Mas <input type="checkbox"/> Fem <input type="checkbox"/>	IDENTIDADE e data de emissão	CPF
ORGANIZAÇÃO ONDE TRABALHA			
ENDEREÇO PROFISSIONAL			
MILITAR <input type="checkbox"/>	POSTO / GRAD (se militar)	<input type="checkbox"/> Ativa	PROFISSÃO (se civil)
CIVIL <input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/> Reserva	
REVISTA QUE ASSINA			
<input type="checkbox"/> A DEFESA NACIONAL	<input type="checkbox"/> REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO	<input type="checkbox"/> REVISTA MILITAR DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Palácio Duque de Caxias - Praça Duque de Caxias, 25 - Ala Marcellino Dias - 3º andar - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20221-260

Ligação Gratuita de todo Brasil: (0800) 23 3365

Telefax: (021) 519.5569 - E-mail: bibliex@ism.com.br